

**ARAÚJO, NABIL. *TEORIA DA LITERATURA E
HISTÓRIA DA CRÍTICA: MOMENTOS DECISIVOS.*
RIO DE JANEIRO: EDUERJ, 2020.**

**ESPANTALHOS E MONSTROS TEÓRICOS – “TEORIA
COMO RESPOSTA” COMO PERGUNTA**

**STRAW MEN AND THEORETICAL MONSTERS: “THEORY
AS ANSWER” AS QUESTION**

Matheus de Brito¹

A eclosão de uma tensão inerente ao lugar epistemológico da Teoria da Literatura demarca o que poderíamos chamar de suas duas grandes fases, ou distingue, na medida em que coexistem, suas faces, para tomar a expressão a Nabil Araújo (2019). Por um lado, ou sob dada perspectiva, a Teoria surge, *long story short*, como metacrítica da atividade judicativa associada às práticas de escrita e leitura que convencionamos chamar “literatura” em sentido estrito; portanto, surge como meio para um fim em um contexto determinado. Por outro, o desenvolvimento dos estudos literários na Universidade, reverberando a seu modo as doutrinas românticas da arte – em especial seu destacamento do mundo dos fins práticos – e institucionalizando-as, conformando esses estudos a um modelo de ciência, confere à Teoria a prerrogativa da autonomia disciplinar. Essa ambiguidade parece ter se resolvido em favor da autonomia e com a

¹ Departamento de Literatura Brasileira e Teoria da Literatura (CULT), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ): <matheusb.debrito@gmail.com>.

transgressão dos próprios limites que a definem como disciplina. Isso não se deu sem as esperadas lamúrias daqueles que veem no processo cultural algum tipo de declínio moral. Assim retrata o contexto René Wellek (1990, p. 80):

No self, no author, no coherent work, no relation to reality, no correct interpretation, no distinction between art and nonart, fictional and expository writing, no value judgment, and finally no truth, but only nothingness – these are negations that destroy literary studies.

O que o célebre autor da *Theory of Literature* não enxerga, contudo, é o teor de verdade contido no *shift* das coordenadas fundamentais da disciplina, a saber, que o processo que lhe assiste a gênese – a inquirição por fundamentos para o juízo no contexto da perda de evidência das práticas literárias – é o mesmo que organiza sua adaptação ao “estado da arte” daqueles conceitos, em operação no mundo da cultura. Isto é, a erosão das balizas enrijecidas da crítica pelo poder da Teoria reflete nalguma medida, de certo modo, a resistência do próprio objeto à apreensão teórica, ou, mais precisamente, à coagulação dos enunciados teóricos – que traduzem observações primárias – em método. Essa é a segunda fase da teoria: deixa de ser meio para um fim determinado, conforme o qual reduz seus objetos – *método, atalho* –, e passa a determinar seus próprios fins, num giro especulativo que lhe abre a um contínuo processo de negociação de premissas, em que acaba “produzindo”, a cada vez, seus objetos.

Situar a reflexão sobre essa ambiguidade do lugar da Teoria no contexto acadêmico brasileiro é a deixa de que Nabil Araújo lança mão em seu *Teoria da Literatura e História da Crítica: momentos decisivos* para inquirir o espaço em que se constitui a disciplina teórica como tal, em especial a partir de seu modelo exemplar materializado no manual escrito por Wellek em contribuição com Austin Warren. Se este é hoje tão “esquecido” – como afirma Fabio Durão no comentário da contracapa –, a principal razão de sê-lo parece estar no fato de que seu discurso foi “normalizado”, no sentido de se confundir com uma “ciência normal” do estudo da literatura, a tal ponto que o mediador desapareceu no mediado. Seus conceitos definem a transparência do meio, e é essa transparência o lugar mesmo que o comentário de Araújo ocupa. Com efeito, para além (ou em certo sentido “no aquém”) da polarização entre uma conformação propedêutico-metodológica do saber teórico ou sua instituição como campo *sui generis*, como mostra o autor, o percurso que fazemos e que acompanhamos no seu comentário vai “De Königsberg (1790) [passando por] New Haven (1949)”

– título de uma das seções do livro de Nabil – à atualidade do próprio questionamento das séries de questões que assistem ao desenvolvimento e transformações da Teoria.

“Nem o mero endosso (Coutinho) nem a mera refutação (Costa Lima) da concepção de disciplina veiculada pela Theory”, escreve o autor no umbral, “são capazes de contemplar o *ter lugar* da teoria literária como *resposta*” (p. 19). A passagem contém, *in nuce*, o que veremos desenrolar-se ao longo do volume, tanto relativamente ao seu conteúdo quanto como gesto de pensamento. Em seu primeiro aspecto, trata-se da exposição crítica dos fundamentos – tornar novamente visível o “ter lugar” – da Teoria Literária no processo de sua disciplinarização. A empreitada se dá por meio de um rigoroso questionamento dirigido à obra de Wellek e Warren, *Theory of Literature* (1949). Esse manual, como poucos outros, é quase metonímia da própria Teoria da Literatura, enquanto disciplina acadêmica.

Como acontece em geral à crítica de obras canônicas, a reflexão sobre os conceitos, as premissas e os compromissos do manual desembocam necessariamente numa reflexão mais ampla sobre o estudo da literatura. A ideia que regula a leitura de Araújo, dada pelos teóricos, é a de que essa obra – e por extensão o conceito disciplinar veiculado – estrutura-se como “resposta” a problemas conceituais que emergem a partir do pensamento de Immanuel Kant. Mais especificamente, referem-se ao esvaziamento cognitivo postulado para o fenômeno estético, que funcionaria como veto à pretensão de produzir conhecimento válido sobre arte.

No segundo sentido, o trabalho que Nabil Araújo exerce sobre os conceitos é sempre um processo de negociação, algo da ordem de um gesto de “sim, mas...” que acompanha toda discussão que pretenda permanecer junto àquilo que se discute. Seu leitor se beneficia não apenas pelo conteúdo diretamente oferecido, mas também acompanhando o movimento do pensamento na escrita; há mais deixas para pensamento do que um saldo informacional, como quando se conversa com alguém de cuja presença saímos sempre com novas ideias, próprias. (Nesse sentido, somando-se ao fato de que há uma excelente resenha² à mesma obra feita em moldes mais tradicionais, esta recensão pretende ser um pequeno aceno em resposta ao gesto que o autor empreende em sua obra.) Por um lado, o “nem... nem...” materializa discursivamente o processo de pensamento

² Cf.: Santana (2020).

posto em marcha, pois a recusa por respostas simples, para contextos em que “momentos decisivos” exigem também pensar a impossibilidade das próprias decisões a tomar, leva à reabertura da questão, àquilo que o autor referirá por “desarquivamento” (p. 356). Por outro, essa mesma recusa instância o rigoroso processo de leitura, de remissão às fontes contra as quais posicionar os textos secundários, mensurando sua adequação. Nesse sentido, não se abreviam raciocínios. Com a produtividade da leitura concorre o recurso aos originais, não a traduções, e a eleição de termos-chave, que favorece o processo de interlocução e deixa espaço para avaliação do leitor. Interessa notar, *en passant*, que esse processo seria melhorado com a opção por apresentar as passagens originais completas nos rodapés – o que, considerando o volume textual que o autor discute, não seria, no entanto, a melhor solução editorial.

Teoria da Literatura e História da Crítica: momentos decisivos não oferece respostas finais ao problema primeiro – em que fundar a crítica? – e seu derivado, sobre como fazer isso a despeito do veto cognitivo kantiano, mas avalia as respostas colocadas e coloca-se a si mesma também no horizonte da própria pergunta, isto enquanto abertura à pergunta. Esse movimento se define junto à passagem da primeira parte, de título “Da Teoria como resposta”, à segunda, “Historiografia: Teratologia”. Vale notar a assimetria que aí parece assinalada: ao passo que “Da Teoria como resposta” fundamentalmente estabelece com as subseções uma relação anafórica, isto é, na medida em que cada uma delas retoma seus termos, avulta da segunda a carga catafórica, projetando o leitor para um momento futuro da leitura. Acresça-se que o leitor estranha, necessariamente, a justaposição de Historiografia e Teratologia e permanece assim até o momento em que essa relação projetiva, essa estranha promessa contida no título, reinscreve-se como subtítulo da terceira subseção, “Desconstrução, monstruosidade, historicidade (Historiografia: Teratologia)”. Aqui, a forma de apresentação incorpora algo do conteúdo a apresentar, em se tratando de um *olhar adiante*, que pode compor o interesse historiográfico.

Em certo sentido, a pergunta pelo fundamento indica uma irrevogável perda de evidência daquilo que se quer fundamentar. Quando aquela se põe, torna-se patente a impossibilidade de haver *um único* – “sequer um”, “apenas um” – fundamento. Em se tratando de princípios, as respostas possíveis anulam-se umas às outras por uma necessidade lógica e configuram, em seu desenvolvimento, validades locais, que adotamos na

forma de “isto é verdadeiro segundo tal perspectiva”. É uma das colocações centrais de *Teoria da Literatura e História da Crítica* que as respostas oferecidas ao veto kantiano sobre o teor cognitivo da experiência estética são impossíveis (pp. 237-238), isto é, são irreconciliáveis. Esse caráter irreconciliável é aquele que o autor desdobrará ao avaliar os diversos “momentos decisivos” que configuram a crítica literária.

Partindo, como já dissemos, da ideia do manual de Wellek e Warren como resposta ao problema kantiano, Araújo verifica algumas inconsistências discursivas nas invectivas dos teóricos contra as práticas concorrentes de leitura e estudo literário. Nesse ínterim, o autor descerra no horizonte da assepsia axiológica da *Theory*, a qual convalidaria sua neutralidade, um teor normativo que estrutura o *misreading* wellekiano e produz espantelhos teóricos do historicismo e da estilística. Ademais, Araújo percebe e inquire, mensura como as práticas concorrentes configuram também respostas àquele problema a partir da própria problemática kantiana. A saber, trata-se de como diferentes leituras desdobram e mobilizam conceitos já apresentados na *Crítica da faculdade de julgar*. Tudo isso é preparado nos três primeiros capítulos da primeira parte, num processo de contínua especificação do problema – respectivamente, que tipo de resposta é a de Wellek e Warren, como ela se articula entre outras possibilidades de resposta e, finalmente, mesmo como se “institui” por oposição a elas. Institui--se por oposição como diz ao retomá-lo na reflexão desenvolvida na segunda parte, como “negação-do-outro e afirmação-de-si”, que são “as contrafaces necessárias e indissociáveis de um único e mesmo gesto autoinstituidor e autolegitimador” (pp. 238-239).

O capítulo terceiro mostra como o “direito de responder o que já se encontra respondido” depende de um “grau zero epistêmico” (p. 85), em que já não há uma única resposta, para o problema dos fundamentos, e não há resposta propriamente. Esse é o pano de fundo contra o qual se desenha um contrato – um pacto, um acordo – em lugar de uma certeza de base. O autor dá a ver que a pretensa ontologia literária que serviria para desenvolver todos os predicados literários a serem convertidos em categorias, todo o aparato analítico que organizaria a tradução da experiência estético-literária em conhecimento, em verdade reflete, *ab ovo*, algum convencionalismo. Como diz,

Com essa decisão, nasce, na verdade, a resposta como resposta. Nenhuma resposta, portanto, antes da decisão. A decisão em questão encontra-se, pois,

desamparada, *sem garantias fora dela mesma*. O contrato não tem fiador. A decisão revela-se, assim, a um só tempo necessária e impossível (p. 87).

Junto à sua crítica, percebemos que o manual de Wellek indica não a codificação de uma prática generalizada do estudo da literatura, não as bases de uma “ciência normal” já operante, mas o arrastar consigo de uma normatividade, talvez herdada às prescrições poéticas que definem os modos específicos de funcionamento dos gêneros textuais, então recalcada na pretensa ideia do método.

Existe, além disso, como indica Araújo, um deslize da epistemologia kantiana para uma ontologia, pela postulação uma correspondência – nos dizeres de Wellek (*apud* p. 47), “analogia” – entre a estrutura do juízo e o organismo natural, de que surgiria, segundo Nabil, uma “consequência teórico-metodológica para a crítica estética que não encontraria respaldo direto no que *explicitamente* se postula na *Kritik*”, a consequência de que, então citando Wellek, “quanto mais complexa a obra de arte, quanto mais [bem] composta, maior a totalidade, maior a beleza” (p. 48). Mais importante consequência, derivada desta, seria ainda a de que, apesar de a crítica ser, outra vez nas palavras de Wellek, “pessoal” – sê-lo-á no sentido de pessoal-subjetivo como a distinção entre os sujeitos humanos concretos ou no sentido de ser subjetivo como aquilo que distingue entre a intencionalidade da consciência e a estrutura própria (e kantianamente inacessível) do objeto? –, ela “visa descobrir uma estrutura de determinação no objeto ele mesmo” (p. 49). A rigor, talvez mais do que uma sugestão inerente ao próprio sistema das três *Críticas*, essa seja uma regressão pré-kantiana, aquém da filosofia transcendental, e só muito vagamente semelhante ao que os filósofos românticos deram *contra* Kant, e não bem “kantianamente”.

O problema kantiano a se resolver é como a estrutura de determinação do objeto é “dada” no seu próprio aparecer ao sujeito, não como pode ser “descoberta”. A impressão da “descoberta de algo” seria, nesse sentido, consequência do próprio dar-se do objeto ao sujeito como algo de incompleto – ou seja, a estrutura de determinação seria ela mesma uma aparição (dentre outras), e não um “algo” anterior a qualquer cognição. Essa “ferida kantiana” é uma discussão pertinente, e não faltam, nas Humanidades, partidos que exacerbem o problema – por exemplo, na ideia da inacessibilidade de um real “de fora” das oposições que estruturam a cognição linguística ou na reversão de que o “fora” da linguagem é uma ilusão necessária a ela como aspecto do real, que seria o negativo da

linguagem. Seja como for, parece que Wellek passa da figura da analogia a uma metafísica pré-kantiana com a finalidade de assegurar uma medida de objetividade para a atividade crítica.

Seguindo a passada de que a Teoria pretende ser resposta e desdobramento dos problemas conceituais colocados pela estética kantiana aos vindouros e contendendo com a leitura de Wellek e Warren, Araújo desenvolve nos capítulos quatro a sete aquela bifurcação apresentada no segundo, que vai do conceito de gosto ao “gênio” e ao “sentimento de vida”. Trata-se, nomeadamente, das reflexões dedicadas ao método histórico – centrado na figura de Gustave Rudler como discípulo de Gustave Lanson, perscrutando também a crítica romântica em seu trânsito francês por mão de Madame de Staël – e à estilística de Leo Spitzer, então apresentada como “transmutação hermenêutica da leitura filológica” (p. 179). Especialmente no tocante ao lansonismo, o autor desmente a ideia de que os fatores “extrínsecos”, “extratextuais”, teriam o primado sobre a significação textual, funcionando apenas como “parâmetro de rigor para o trato efetivo com os textos” (p. 98). A segunda acusação contra a qual Lanson é defendido diz respeito à subordinação do estudo literário ao cientificismo do século XIX, em virtude de que lhe recaiu a pecha de positivista. Isso não é feito, porém, a modo de reabilitação do método histórico. Mais preocupado ainda em compreender a “decisão de base” (p. 105), da abordagem lansoniana ou lansonista, o autor sondará a obra de Staël a fim de visualizar “a que necessidade histórica reage” a “ambição de objetividade e rigor para a crítica” (p. 116). Esse é um importante elemento para entender o horizonte da pergunta para o qual a *Teoria* é uma resposta.

Nesse passo, poderíamos lembrar como a obra de Staël encena a transição do conceito de literatura enquanto conjunto de práticas de classe (p. 127) – isto é, quando uma prática letrada da nobreza, com suas prescrições e usos, é apropriada pela elite burguesa. A burguesia os renova por assim dizer “desde dentro”, ao mesmo tempo em que a nova prática se constitui no mais amplo espaço da imprensa e dos novos salões (HABERMAS, 2014), contra o âmbito relativamente privado da vivência das cortes. Ao desarmar Staël, Araújo toca naquilo a que o historiador Reinhard Koselleck (2006) chama *Sattelzeit* metaforicamente – tempo da “sela”, a depressão entre duas montanhas quando o cume de uma corresponde em altura ao sopé da outra –, período em que mudanças sociopolíticas exigiram a reelaboração de conceitos, neles inscrevendo um afastamento entre o espaço da experiência cotidiana e

o horizonte de expectativas provocado por fenômenos de ruptura. É na *Sattelzeit* que emergem as instituições burguesas dentre cujos operadores figuram, a modo de respostas àquele afastamento, a “estética do gênio” e o complexo conceitual com que mais tarde se baterão os primeiros esforços sistemáticos de formulação de uma disciplina dedicada aos estudos literários. (Sem avançar essa tese, mas exemplificando-a, basta considerarmos o “programa sistemático” de Friedrich Schelling, em que então vemos como a filosofia do tempo compreendia tanto uma doutrina da política como da cultura.)

Depois de avaliar a forma pela qual o “gosto”, como critério de classe para apreciação literária, cede espaço à doutrina do “gênio” com Staël, Araújo buscará fazer justiça à obra de Leo Spitzer. Sobre o filólogo austríaco, Welck teria lançado o estigma do biografismo crítico (pp. 158-159). Também duas coisas devem ser salientadas a esse respeito, como nos mostra Araújo: primeiramente, o lugar proeminente que a linguagem ocupa na obra de Spitzer em comparação com a explicação de texto lansoniana; a seguir, a conservação da alteridade textual num processo circular característico das humanidades, o “constante vai e vem entre o elemento e o conjunto, entre o detalhe e o todo” (p. 172), a partir do qual a história emerge do texto, não lhe sendo – como ocorreria a Lanson – um “dado” para a análise textual (p. 175). Junto à obra de Spitzer percebemos o lugar da dialética estilo-história – segundo a qual o estilo individual seria desvio relativamente às prescrições e modelos textuais – na “explicação à alemã”, uma relação que acompanha a dialética todo-particular da compreensão hermenêutica. Nesse ponto, o autor já nos conduzia à sua exploração da contribuição de Wilhelm Dilthey às humanidades em geral e, por conseguinte, ao atual modelo discursivo da crítica acadêmica.

O penúltimo capítulo explora a hermenêutica diltheyana também como desenvolvimento do kantismo. Essa seção, talvez mais do que uma intervenção particular de Dilthey nos estudos literários, serve para entendermos melhor como Welck opera uma redução estratégica com vistas à alocação disciplinar. Na continuidade da defesa de Spitzer contra seus detratores, numa chave compreensiva, Araújo buscará mostrar o *pseudos* da acusação de “psicologista”, enfatizando como a resposta diltheyana ao problema kantiano consistia em que a

[...] possibilidade da crítica residiria, assim, para Dilthey, não numa racionalidade judicativa tomada como prerrogativa do crítico em face do irracionalismo criativo do poeta (ou do impressionismo emocional do leitor

dito comum), mas, antes, justamente no âmbito daquele substrato vivencial em vista do qual crítico e poeta tornar-se-iam comparáveis entre si em matéria de potencialidade criativa (p. 201).

Ou seja, em vez da passagem romântica do gosto ao gênio, estaríamos diante de uma ênfase na doutrina kantiana da “elevação do sentimento de vida”, por meio da qual se procura oferecer um domínio em que calcar a ideia de que o entendimento do autor e o entendimento do crítico são isomórficos, estruturalmente correspondentes, como fundamento para a objetividade da crítica (pp. 61, 193 *et seq.*). Seria esse o princípio da exegese, e não a figura do autor ou do crítico *qua* regulador do sentido. Podemos ainda lembrar que a estética do gênio se constrói sobre o postulado de uma descontinuidade comunicacional intrínseca à literatura, muito distinta da doutrina teológico-retórica do *ingenium* de que deriva, que, lembremos, não fazia do poeta o *locus* do sentido. Segundo as preceptivas poético-retóricas que deram forma à poesia da sociedade de corte, o *ingenium* é iluminado no ato de criação pela Graça, que também subsidia a compreensão do ouvinte ou leitor (HANSEN, 2019), num isomorfismo que em verdade era uma pragmática em roupagem teológica.

A certa maneira, “Vida” é um análogo conceitual da Graça como garantidora do sentido, com a diferença de que sua substância já não é calcada na atemporalidade do intelecto angélico aplicado à contingência temporal humana, mas viabiliza a ancoragem histórica do conceito de literatura como algo que lhe é necessário – não o requer de imediato, como o essencialismo associado ao conceito de Vida demonstra, mas viabiliza. No entanto, podemos lembrar ainda que, enquanto a estética do gênio se constrói ampla, transversalmente no “tempo da sela” koselleckiano, o lugar em que a obra de Dilthey se inscreve é a busca por legitimação das Humanidades no contexto da Universidade do final do século XIX. Foi então que se assistiu, ao lado do progresso técnico-científico, ao surgimento de diversas disciplinas e corpos teóricos que visavam dar conta da complexidade crescente desencadeada com as transformações sociais da fase industrial do capitalismo. Compreender essa ambiência pode iluminar, talvez, a razão pela qual o estudo da literatura ainda reencena a luta contra as concepções tardo-românticas das letras e da arte em geral, pré-teóricas, socialmente sancionadas: o campo semântico do “gênio”, da assimetria que autoriza os *happy few* e sua aproximação empática ou intelectual aos objetos, é aquilo que estrutura a recepção massiva das

manifestações culturais, e qualquer conceito minimamente diferente parece atinar apenas à torre de marfim da academia.

O capítulo oitavo, construído sobre a figura de Gadamer, se é preparado pela abordagem da hermenêutica entendida em geral como paradigma para a produção de saber das Humanidades, é também a ponte para a segunda parte da obra. Tem um duplo modo: recapitula e reflete sobre o que foi desenvolvido, e problematiza a abordagem gadameriana, a “resposta de Gadamer”. Araújo dirige-lhe, e à toda hermenêutica, uma pergunta simples, mas radical: o que é que assegura uma adequada fusão de horizontes, “como provar qual seria fruto de uma verdadeira fusão de horizontes e qual não?” (p. 236). Ela pode ser respondida ou não respondida de dois modos: primeiro, num caso de petição de princípio, pode-se dizer que a assimetria da fusão é constitutiva, só há fusão porque a adequação cognitiva permanece impossível, ou seja, a necessidade determina sua própria adequação; segundo, a certa maneira, como complemento ou talvez corolário do que veio antes – se raciocínios circulares têm corolários –, a fusão de horizontes é sempre uma relação inadequada relativamente ao objeto, de modo que mesmo a mais inadequada e deliberadamente – se isso for possível – deformativa compreensão está fadada a algum grau de verdade histórica. Ou seja, podemos entender a história de uma obra como a sucessão de erros – “apropriações” indevidas – que constituem uma verdade histórica, por assim dizer, de segunda ordem. Em seu limite, a fusão de horizontes é um conceito sem um outro, sem um “contraconceito” próprio, ao menos quando lhe retiramos as balizas da intenção do autor ou do sentido último, verdadeiro, da obra. Wolfgang Iser (2006) nota, a esse respeito, que a “fusão” é uma metáfora que serve, como as muitas que as teorias das Humanidades empregam, para dar um “acabamento” ao sistema de proposições, imprimindo-lhe a coerência que se espera de uma teoria.

O fato, no entanto, de a fusão de horizontes não ter um contraconceito próprio, ou seja, de ser um mecanismo essencialmente assimétrico, não implica que ela mesma não possa ser tomada como contraconceito para outra noção, que vai ativamente manter com ela uma relação mais tensa. O mesmo se predica à interpretação, que não pode ignorar o risco da apropriação inadequada:

[...] concebendo-se, ao invés, como contrainterpretação, torna-se impossível para ele [o *gesto interpretativo*] ignorá-lo. Uma interpretação que se institui em contraposição a uma outra interpretação possível mas não compossível do

mesmo texto, não perde de vista, apesar de negá-la (ou justamente por isso), essa impossível possibilidade outra de interpretação, cuja recalcitrância no horizonte hermenêutico torna iniludível o risco do equívoco interpretativo (p. 237).

O pensamento crítico, para fazer justiça à sua própria lei, adota a figura de uma negação determinada – não nutre a ilusão “pura e simples” de qualquer coisa como uma prerrogativa sobre os objetos.

Parece ser também nesse sentido que a segunda parte de *Teoria da Literatura e História da Crítica* retoma questões do núcleo duro da primeira. O primeiro de seus capítulos versa sobre a construção da história da crítica literária como gênero historiográfico, donde o sintagma “História da historiografia” em seu título. Nele, unindo a reflexão nietzschiana sobre os usos da história à crítica das concepções de base, o autor considera em que tipo de história consiste – ou, melhor –, em que tipos de história consistem as histórias da crítica. No segundo capítulo, somos confrontados com o presente teórico e sua fragmentação, de que Araújo avalia respostas dadas por Jonathan Culler e Dominick LaCapra. É interessante que se ocupe da resposta de LaCapra e sua ideia de “ágon” das correntes críticas, contra a qual dirige o argumento de que a heterogeneidade, a mera multiplicidade não pode ser simplesmente pressuposta. O erro fundamental de tal posição parece estar em situar no nível do próprio enunciado aquilo que só poderia ser um gesto, uma “elucidação”, para utilizar uma expressão de Wittgenstein, por sua vez atinente à situação enunciativa. Ainda assim, a versão de LaCapra parece mais interessante – ao autor como ao seu leitor – do que a heterogeneidade sem contrapartida, pois aquela lhe figura, como diz, “*uma reversão, ao modo de um desarquivamento, da síntese didática culleriana*” (p. 356). A ideia seria, porém, dotada de “uma luz” “para a qual ele [LaCapra] próprio teria permanecido cego” (p. 356).

O risco nessas posições é a relativização abstrata dos critérios de validade, em última instância o esvaziamento da pergunta pelo próprio fundamento e, junto a ela, da resposta. Trata-se de uma contradição performativa bastante conhecida: se tudo é relativo e não há verdades absolutas, essa asserção só tem validade relativa, portanto deve haver uma verdade absoluta. Mas a exposição do paradoxo, de certo modo a posição de LaCapra, não é suficiente para embasar o juízo, na medida em que permanece abstrata. A alternativa crítica diante da afirmação abstrata “tudo é relativo”, ou na versão mais situada “isto é verdadeiro segundo tal perspectiva”, passa pelo questionamento de seu teor empírico: Em que

contexto se dá uma resposta, por que entreter tal perspectiva é necessária, qual é o interesse que configura sua forma específica? É nesses termos que a investigação da história da crítica como instituição e da Teoria como *corpus* (ou campo de reflexão) coloca sua necessidade imanente. O próprio *Teoria da Literatura e História da Crítica*, como temos visto, concretiza tal gesto.

No último capítulo, já o dissemos, mais do que um saldo, temos também uma proposta, um projeto em sua acepção mais radical. Tomando a Jacques Derrida, a que se filiam aqueles dois críticos, a metáfora do “campo de forças”, Araújo pretende assinalar a atuação de um processo de conversão desses campos em formas institucionais, isto é, de solidificação – engessamento, esclerose – da crítica. Contra a tendência, coextensiva à tragédia simmeliana da cultura, haveria a necessidade de uma contínua revisão, “desarquivamento, a reversão dos mesmos [marcos da teoria crítica ocidental], até o ponto em que a crítica pudesse, então, uma vez mais, *acontecer*” (p. 376). É uma perspectiva para um dos problemas mais agudizados na crítica do conhecimento do século XX, e que continua sendo a nossa aporia epistemológica, a saber: Como lidar com o curto-circuito da determinação dos fenômenos pelos instrumentos de observação, ou, mais amplamente, como impedir que os conceitos se apropriem de seus objetos, anulando a diferença, o contingente, o não idêntico, o ruído das coisas? É a isso que se refere a metáfora do “monstro”, daquilo que ainda não se estruturou, não caiu sob um dado conceito. Nessa última subseção, em que encontramos a historiografia teratológica, entendemos que se trata de uma operação estruturada em dois momentos, ou pontos. No primeiro, trata-se de apreender o momento não estruturado das nossas reflexões, reconhecer a atuação de campos de forças – e antes dos próprios campos de força, em particular, reconhecer que os há. No segundo momento, trata-se de aplicar um “golpe de desmemória” – mais do que um esquecimento, algo da ordem da *Durcharbeitung* psicanalítica, de recuperar algo não disponível, não cristalizado em memória, por meio de sua elaboração. É a própria lógica da contraleitura que o algo “monstruoso” volume aqui nos oferece.

Para uma conclusão, podemos fazer uso de um expediente recursivo e perguntarmo-nos qual é o lugar do questionamento do ter lugar da teoria. Primeiramente, devemos ressaltar a lograda autonomização do campo – e a escolha de Nabil, se voltarmos àquela deixa inicial, aproximasse da opção costalimiana, embora seu gesto seja outro –, patente na

multiplicação de estudos que tomam a própria teoria por objeto. Esses estudos, obviamente, não são novos, mas, ao passo que eram quase circunstanciais nas décadas de 80 e 90 do século XX, que foi também a época de implantação de muitos programas de pós-graduação em Letras no Brasil, eles apresentam maior regularidade e surgem como fruto de uma necessidade percebida na própria prática investigativa dos fenômenos literários no contexto da universidade brasileira. Ou seja, a dinâmica do país que, na divisão internacional do trabalho intelectual, “importa” teoria – pois ainda importa – vem sendo revertida. Para isso contribui, além da necessidade manifesta, o crescente conjunto de trabalhos que tomam a teoria por objeto sem a intenção de aplicações, paráfrases e ventriloquismos – uma história recente em que se destaca o próprio percurso acadêmico do autor.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Nabil. A segunda face de Janus de uma disciplina. In: JOBIM, José Luís; CASTRO ROCHA, João Cezar de (Orgs.). *Razão nas Letras: a obra e o percurso de Roberto Acízelo de Souza*. Rio de Janeiro: Makunaima, 2019, pp. 324-335.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Edunesp, 2014.
- HANSEN, João Adolfo. *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*. São Paulo: Edusp, 2019.
- HEGEL, Georg W. F. *Ciência da lógica (excertos)*. São Paulo: Barcarolla, 2011.
- ISER, Wolfgang. *How to do Theory*. Malden: Blackwell Publishing, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- WELLEK, René. The New Nihilism in Literary Studies. In: FRANÇOIS, Jost; FRIEDMAN, Melvin J. (Orgs.). *Aesthetics and the Literature of Ideas: Essays in Honor of A. Owen Aldridge*. Newark/London/Toronto: University of Delaware Press/Associated University Press, 1990, pp. 77-85.
- SANTANA, Thiago. Crítica e crise: teoria da literatura e história da crítica. *Rev. Bras. Lit. Comp. Niterói*, v. 22, n. 41, set.-dez. 2020, pp. 148-155.

Recebido: 26/2/2022

Aceito: 6/6/2022

Publicado: 7/7/2022